

A criminalidade estampada no corpo: auto-imagem dos adolescentes no universo da violência

*Alice Conceição Christófaros**

O momento atual nos aponta para uma realidade onde a violência e a criminalidade passaram a fazer parte do cotidiano e do imaginário em geral, nas relações familiares, nas escolas, nas ruas e nos diversos espaços sociais, onde a convivência comum e a manutenção dos valores está cada vez mais difícil. Em um universo permeado por múltiplas influências, onde a mídia e a produção das crenças guiam a constituição dos indivíduos desde a mais tenra idade, somos equivocadamente levados a crer que esse é um movimento natural, onde as leis da força e do domínio regem as relações, mesmo que inconscientemente, em uma “ordem natural das coisas”.

Os crescentes índices da violência formal e simbólica dentre os indivíduos, especialmente as crianças e os adolescentes, tem alertado para uma grave situação de comprometimento das relações humanas, em que o pensar, o agir e o sentir se dissociaram em uma lógica abstrata do automatismo relacional. Sabemos que o período da adolescência, apesar de socialmente constituído (ROLIM, 2006, P. 115), trata-se de fase crucial no desenvolvimento do sujeito, e compreender essa composição de relações e comportamentos se faz extremamente necessário no sentido de “traduzir” a linguagem muitas vezes não verbal que tais indivíduos trazem, muitas vezes em suas vestimentas ou estampadas em seus corpos.

Os indivíduos, em seu universo de expressividade, se diferenciam, a priori, conforme suas vestimentas, posturas, fala e ainda tatuagens. Segundo Pedro Paulo Monteiro, (2004, p. 114-115) nossas escolhas (...) são também apreendidas, baseadas em crenças constituídas por uma sociedade, uma cultura na qual estamos inseridos. É possível perceber nessa dinâmica de comportamento desses adolescentes que o corpo passa a ser sua identificação dentro da sociedade indicando a qual “grupo” pertencem, e ainda, estampando suas crenças e valores, conforme sua constituição social. O “grupo” passa a ser determinante, e o corpo, instrumento dessa determinação.

Essa movimentação apresenta-se velada pelos próprios componentes dos “grupos”, elegendo símbolos de identificação corporal. Percebemos nesse contexto a assertividade das concepções do corpo enquanto forma de expressão global do ser, onde há uma tradução do imaginário social do indivíduo por meio de sua forma de se apresentar fisicamente ao outro. O adolescente infrator expressa-se corporalmente conforme as normas e crenças do seu próprio “grupo”, muitas vezes instituídas de forma inconsciente pelos próprios componentes, reproduzidas entre eles e que determinam, certamente, algum tipo de prestígio conforme a qualidade simbólica ali empregada. Inclusive, percebemos determinadas reações de emoção que são características e determinadas pelo grau de pertencimento ao grupo.

O corpo e a mente, em um diálogo contínuo, nos mostram a impossibilidade da dicotomia entre essas duas instâncias do ser. As crenças e visões de mundo se traduzem no corpo, como se este fosse uma tela pintada aos poucos, dia a dia, traço a traço. A emoção e os sentimentos misturam-se esse processo, dando forma e sustentação a essa escultura temporal que é o corpo. Por isso, no processo de entendimento e interpretação desse universo, é fundamental o entendimento das questões relacionadas à corporeidade e sua expressividade. Pereira (2008) nos mostra que a dissociação entre o corpo e a mente constitui-se inviável quando se procura entender o sujeito como um todo, e ainda defende que

o corpo constitui-se em constante movimento pulsante, onde a busca pela reequilíbrio é fundamental para a harmonia do ser. Por isso, as couraças musculares, ou seja, “estrutura resultante de situações vividas, de um processo de construção histórica” (REICH apud PEREIRA, 2008), surgem ao longo da vida do indivíduo e se constituem, como a autora nos fala, construções concretas em nossos próprios corpos que demonstram as experiências vividas.

No trabalho cotidiano do meio policial, infelizmente não percebemos essa preocupação em se considerar o adolescente como sujeito de expressão e em formação. Apenas prendem-se e soltam-se os corpos, criminosos presumidos pelos fatos relatados. A dicotomia entre o ser e o corpo é evidente: a ação do delinqüente se faz pelo corpo, e não pelo indivíduo como um todo. Não se observam as expressões, as linguagens ou os sinais emitidos por esses adolescentes, que muitas vezes clamam pedindo ajuda de uma forma silenciosa, porém expressa em seus atos e corpos. A grande maioria deles provém de famílias desestruturadas, onde a violência simbólica e explícita constitui o vocabulário diário dentro das casas, das escolas e nas ruas. Muitos deles compreendem a violência pela violência, e até mesmo “violentam” o outro pela sua imagem corporal. Por isso, entendemos ser de grande importância a construção de um olhar diferenciado a partir de todas as instâncias da sociedade sobre a corporeidade e a expressividade desses adolescentes, principalmente na escola e nas comunidades, espaços estes primordiais de acolhimento e desenvolvimento do ser.

A tendência em se valorizar principalmente os processos racionais de relação, onde a formalidade e o distanciamento entre os seres criam abismos que isolam as pessoas, acabam por provocar essa ruptura de entendimentos e compreensões, onde não se observa o próximo com um todo, mas sim como uma ação isolada, um nome isolado, uma posição isolada. Tal processo acaba por aniquilar as possibilidades das gerações vindouras em desenvolver relações saudáveis e construtivas entre si, culminando muitas vezes com situações semelhantes à dos adolescentes envolvidos no universo da criminalidade. Como nos mostra Maria Cândida de Moraes (1997), passamos a viver a chamada “era das relações”, onde os indivíduos passam a constituir teias de relações entre si e o poder passa a estar focado no ser humano (MORAES, 1997, p. 210). Será que tais sujeitos estão se identificando como em um espelho às avessas com grupos que, apesar de, supostamente, oferecer algum tipo de acolhimento, acabam por aniquilar sua própria expressão e identidade?

Por isso, é fundamental compreender inicialmente essa “linguagem” que tais adolescentes trazem em si, esmiuçando o seu espaço de convívio e suas formas de entendimento. Penetrar nesse universo de conflitos, instabilidades e regras constituídas pelas próprias continuidades e descontinuidades é peculiar, necessitando de um exercício diário de reflexão e observação. É necessário se educar para uma cidadania global, onde se compreende as diferenças, as multiplicidades e as coletividades. Como agentes desse processo, os operadores da Segurança Pública são peça fundamental na qualidade de “pedagogos da cidadania”, constituindo um referencial de conduta, comportamento e ética.

REFERÊNCIAS

Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

MONTEIRO, Pedro Paulo. Quem somos nós? O enigma do corpo. Belo Horizonte: Gutemberg, 2004.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. São Paulo: Papirus, 1997.

PEREIRA, Lucia Helena Pena. Corpo e psique: da dissociação à unificação. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 151 – 166, jan/abr. 2008.

ROLIM, Marcos. A Síndrome da Rainha Vermelha. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006.

* Alice Conceição Christófaru, escritora da Polícia Civil de Minas Gerais. Pedagoga, mestranda em Educação pela UFSJ e pós graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Tutora Senasp/EAD. E-mail: alicechristofaro@hotmail.com.